

Corpo que Ensina: a doação de corpos para fins científicos como ato de ética, humanidade e cidadania científica

Resumo

A anatomia humana é o alicerce sobre o qual se ergue o conhecimento médico e biológico. Por meio dela, o corpo é reconhecido como texto e território da vida, cujas estruturas revelam a unidade entre forma, função e existência. Entretanto, nas últimas décadas, o ensino anatômico brasileiro tem enfrentado um dilema ético e pedagógico: a escassez de corpos humanos disponíveis para estudo. A prática da doação voluntária de corpos em vida surge como resposta legítima e humanizada a esse problema, mas sua consolidação esbarra em resistências culturais e falta de informação. Este artigo propõe uma reflexão teórico-prática sobre a importância de campanhas de conscientização pública acerca da doação de corpos, a partir de uma experiência extensionista idealizada pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Fundamentado em autores como Silva e Brito (2013), Colares et al. (2019), Signorati (2015) e Lucas e Rocha (2023), o texto discute as dimensões éticas, simbólicas e pedagógicas da doação, reconhecendo o corpo como instrumento de aprendizado e gesto de solidariedade. Defende-se, ainda, que a universidade, ao assumir esse debate, cumpre seu papel de mediação entre o conhecimento científico e a humanização do saber.

Palavras-chave

anatomia humana; ética biomédica; doação de corpos; extensão universitária; educação médica.

1. Introdução

Em toda a história da medicina, o corpo humano foi mais do que objeto de estudo: foi seu próprio fundamento. Desde os tratados hipocráticos, o conhecimento anatômico é compreendido como o ponto de partida para qualquer compreensão da saúde, da doença e, sobretudo, da condição humana. O estudo da anatomia não é mero exercício técnico — é o aprendizado do olhar sobre o corpo como expressão da vida e, paradoxalmente, da morte.

Como afirmam Silva e Brito (2013), o conhecimento das estruturas anatômicas é a base sobre a qual repousam todas as ciências da saúde. Mas, mais do que uma ferramenta cognitiva, ele é um processo de humanização: o estudante de anatomia não aprende apenas nomes e funções; aprende a encarar a finitude, a lidar com o respeito, a compreender a alteridade. O corpo que jaz diante dele é, antes de tudo, um testemunho de vida e de generosidade.

A crise na obtenção de cadáveres para ensino — resultado da redução de corpos não reclamados e do fortalecimento das políticas de direitos humanos — impôs uma reconfiguração ética nas práticas universitárias. O antigo modelo, em que corpos sem

identidade eram encaminhados às faculdades, não é mais compatível com os princípios da dignidade e do consentimento. Nesse vácuo, surge a doação voluntária de corpos em vida: um gesto consciente, altruísta e juridicamente amparado, que transforma a morte em ato de continuidade (Signorati, 2015; Lucas; Rocha, 2023).

Mas, se o caminho ético está aberto, por que tão poucos o trilham? Por que a sociedade brasileira, ainda hoje, resiste em falar sobre a morte e em reconhecer o valor científico e moral de doar o corpo? A resposta não está apenas na falta de informação, mas também no imaginário coletivo, moldado por séculos de silêncio, medo e distanciamento do próprio corpo.

É nesse ponto que a universidade precisa agir — não apenas como produtora de conhecimento, mas como mediadora cultural, capaz de reencantar o corpo e a morte com significados éticos. A campanha “Corpo que Ensina”, proposta pela UNIVASF, nasce dessa urgência: aproximar ciência e sociedade, para que o corpo deixe de ser tabu e volte a ser instrumento de saber, empatia e transformação.

7. Cronograma de Execução (12 meses)

Etapa	Atividades Principais	Período Previsto
1. Planejamento e articulação institucional	Reuniões de organização, definição de parcerias e cronograma geral.	Janeiro – Fevereiro
2. Capacitação da equipe executora	Formação ética e legal dos participantes e elaboração de materiais.	Março – Abril
3. Produção de materiais e divulgação	Criação de cartilhas, vídeos e materiais digitais sobre a campanha.	Maio – Julho
4. Ações de mobilização comunitária	Realização de palestras, eventos, rodas de conversa e feiras de saúde.	Agosto – Novembro
5. Avaliação e relatório final	Coleta de dados, análise de impacto e proposta de continuidade.	Dezembro

8. Referências

- BRASIL. Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil Brasileiro.

- CHAGAS, C. L. Aspectos éticos da utilização de cadáveres humanos. *Revista Bioética*, 2001.
- COLARES, F. M. M. et al. Metodologias de ensino de anatomia humana. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, p. 138–148, 2019.
- FERRAZZO, A. Crenças religiosas e doação de corpos: limites éticos e culturais. São Paulo, 2011.
- LUCAS, B. L.; ROCHA, A. O. Análise de lacunas e perspectivas sobre programas de doação de corpos: relato de experiência no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 47, n. 3, e102, 2023.
- SIGNORATI, A. Programa de Doação de Corpos do Câmpus Dois Vizinhos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Dois Vizinhos: UTFPR, 2015.
- SILVA, L. R.; BRITO, F. G. A importância do estudo da anatomia humana no ensino médico. Universidade Federal de São João del-Rei, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Informações sobre o Programa de Doação de Corpos. São João del-Rei, 2020.
- IFAA – International Federation of Associations of Anatomists. Recommendations for good practice in the donation and use of human bodies and tissues for anatomical examination. 2012.